

Assembléia Mundial de Habitantes 2011

Aulas e propostas para construção da federação global de organizações e movimentos sociais urbanos



Os habitantes na passeata de abertura do Fórum Social Mundial Dakar 2011(FSM)

Relatório executivo

Histórico

Confrontados com a crise estrutural resultante da aplicação de políticas urbanas lideradas pelo capital transnacional, ampliando o alcance do desafio, organizações de habitantes e movimentos sociais urbanos decidiram dar um passo decisivo a fim de ir além das declarações e definir estratégias e ações coletivas que envolvam uma programação, uma forma de organização e reforçar alianças que garantem o sucesso. Conseqüentemente, partilhando dos princípios consagrados na Carta do FSM, na Carta de São Salvador, pela Assembléia Mundial de Habitantes (México, Outubro de 2000) e pela Assembléia Mundial de Cidadãos para um mundo solidário e responsável (Lille, Outubro de 2001), após o extraordinário sucesso da Apelação pela criação de um espaço global comum e solidário dos movimentos sociais urbanos e da Declaração de Madrid (2008), com mais de 600 signatários de 42 países, decidiram lançar a proposta da Assembléia Mundial de Habitantes para ser organizada durante o FSM 2011 em Dakar.

A idéia, desenvolvida por meio de um processo básico favorecido pela Aliança Internacional dos Habitantes (AIH), visa fortalecer a posição dos habitantes na luta pelo direito a moradia e a cidade sem fronteiras. Sem fronteiras por causa da crise global que afeta habitantes de bairros pobres.

A AMH apóia o surgimento de um novo tipo de habitante, bem arraigado na estrutura local social e bem consciente do desafio global, capaz de se envolver na luta em prol de direitos coletivos e responsabilidades para ser co-construtor e co-dirigente das cidades e não, simplesmente, cliente-usuário de territórios.

A fim de fazer isso, dado o fracasso do modelo neoliberal, que constitui mais de um bilhão de desabrigados ou pessoas mal alojadas, das quais setenta milhões são mal tratadas ou despejadas anualmente, um novo Pacto Social Urbano es inevitável e desta vez será baseado nos direitos humanos e ambientais. Em outras palavras para "outro mundo possível".

O processo da AMH tem se movido por diferentes dinâmicas e em particular pelo debate sobre o Direito à Cidade e a mobilização dos "sem voz", que surgiram através das Convergências Urbanas no FSM em Belém, apoiado por todas as redes internacionais relevantes envolvidas nessas questões (incluindo a HIC, Centro Cooperativo Sueco para América latina, COHRE, LOCOA, Dignity International, SELVIP, PPEHRC,

Habitat for Humanity-América Latina, ENDA TM, FNRU e No-Vox), o Fórum de Autoridades Locais e certas universidades.

A iniciativa tomou forma decidida através da Declaração aprovada no Fórum Social Urbano (Rio de Janeiro, 2010), onde o Comitê Promotor Unitário AMH foi estabelecido, dando início ao processo de criação dos Comitês Promotores Unitários locais e regionais, particularmente nos eventos do Fórum Social (o Fórum Social dos Estados Unidos em Detroit, o Fórum Social Europeu em Istambul e o Fórum Social das Américas em Assunção) dentre outros em todos os continentes e em muitos países incluindo Bangalore para a Ásia, Bangladesh, Senegal e Camarões.

Os Comitês Promotores são responsáveis, principalmente pelos conteúdos e formato da AMH e também pelo gerenciamento do calendário de execução até Dakar e além. Essa responsabilidade inclui a possibilidade de criar parcerias a fim de encorajar maiores participações e lidar com a continuação disto.

O Comitê Promotor da AMH realizou uma reunião no evento dos Dias internacionais pelo Direito a Moradia em Bobigny, (França, outubro de 2010) e foi composto por representantes de diferentes redes (AIH, HIC, LOCOA, No-Vox) que confirmaram a convocação da AMH em Dakar, Senegal, durante o FSM 2011 e assumiu a responsabilidade de definir as tarefas e compromissos com a intenção de promover a AMH. Acordos foram feitos baseados nas idéias centrais do debate, descrição dos objetivos, formato, disseminação e promoção, recursos e parcerias.

Meta

A meta desta iniciativa é estabilizar condições de moradia adequada para todos, assim como, lugares seguros para viver em paz e dignidade, fortalecendo a rede mundial de habitantes dos bairros populares, já que são os atores mais importantes na construção do seu ambiente de vida e na reivindicação dos direitos humanos baseados em obrigações do estado.

Objetivos

Os objetivos operacionais específicos são:

- Um significativo número de autênticos delegados de organizações urbanas de base de todo o mundo participa da AMH em Dakar e pode tomar decisões comprometedoras acerca da futura estrutura de uma rede internacional de organizações urbanas de base.
- Os representantes de organizações urbanas de base que participam na AMH e toman decisões com relação a estratégias coletivas eficientes contra despejos forçados como experimentado em muitos países.
- Os representantes de organizações urbanas de base que participam na AMH e deliberam preparar uma campanha mundial para criar fundos solidários para projetos auto-gerenciados de moradia social e melhora participativa dos assentamentos humanos que serão financiados pelos fundos de alívio da dívida, dentre outras coisas.

Desenvolvimento da Assembléia Mundial de Habitantes



A aprovação da Declaração de Dakar no Village des habitants

A Assembléia ocorreu com certo número de iniciativas, das quais umas eram auto-gerenciadas por varias redes e organizações de habitantes, outras (oficinas e reuniões temáticas) em colaboração com varias redes que ofereceram trazer seu temas para o processo da AMH e outras que envolviam todo mundo (passeata de abertura, Assembléia plenária).

- a) A fim de fazer um balanço da conjuntura atual, a reunião operacional do Comitê Promotor da AMH, ouviu todas as sugestões para organizar a pauta da AMH em parceria com relevantes redes (5 de fevereiro).
- b) A execução de iniciativas de trocas e solidárias nos bairros populares de Dakar.
- c) Participações nas iniciativas no FSM:
 - A caravana organizada por No-Vox, CADTM, AIH dentre outras que chegaram em Dakar de vários países Africanos.
 - O "bloco de habitantes" na passeata de abertura no dia 6 de Fevereiro
 - Diferentes iniciativas (15 oficinas, debates, iniciativas culturais, reuniões) no Dia da África e da Diáspora (7 de Fevereiro) e atividades auto-organizadas em bairros populares e UCAD (8 e 9 de Fevereiro)
- d) A sessão plenária da AMH realizada na tenda "Village des habitants" na UCAD no dia 10 de fevereiro.

O debate sobre questões urbanas e moradia se focou no seguintes eixos:

- A cidade a qual nos opomos (análise de crise global e urbana)
- A cidade que estamos construindo (trocas de iniciativas ativistas e alternativas em apoio ao direito ao habitat)
- A cidade pela qual estamos lutando (criação de plataforma de luta g-local para construir um novo Pacto Social Urbano)

Algumas idéias centrais que apareceram do processo da AMH

- A AMH realiza-se em um contexto político radicalmente diferente ao do ano de 2000. 2011 é caracterizado pela crise global do neoliberalismo e pela crise da civilização; a perda da hegemonia dos EUA e a aparição da China; a chegada da esquerda em governos de muitos países Latino Americanos; mudanças importantes no mundo Árabe com as derrotas da ditadura Egípcia e tunisiana; o crescimento da inquietude social na Argélia, Iran, Líbia, Lêmen e Barein. Como consequência, a AMH tem a sensação que as mudanças revolucionárias são uma possibilidade no século XXI.

- Os vários contextos sócio-políticos em países mostram a quebra do direito ao habitat e os diferentes obstáculos cujas razões finais são encontradas no sistema neoliberal violando a soberania territorial. Os vários conflitos de organizações de habitantes de qualquer forma mostram a possibilidade de encontrar soluções apropriadas e sustentáveis à crise de moradia, urbana e global para recuperar a soberania territorial e a igualdade.
- O direito dos habitantes de serem considerados detentores da soberania territorial, tendo direitos e sendo responsáveis pelo futuro como co-construtores e co-governadores de assentamentos humanos sustentáveis, tanto locais como globais, e não apenas como usuários-clientes dos territórios.
- A AMH, sendo dirigida por movimentos de habitantes e não por ONGs, grupos de apoio o profissionais, é um espaço onde os atores lutam desde seus bairros com seus programas e prioridades, e é assim que, um investimento político traz esperança.
- O desenvolvimento do processo iniciado pela AMH conecta âmbitos globais, regionais e locais, a fim de criar uma federação global de organizações de habitantes e movimentos sociais urbanos. Trata-se de um espaço comum e não uma superestrutura burocrática, onde as redes de habitantes, enquanto mantêm suas independência, compartilham experiências, elaboram estratégias e programas, reforçam a solidariedade através de lutas e uso de ferramentas comuns.
- A pauta deste processo é independente e baseada na resposta aos chamados a solidariedade em um momento oportuno e apropriado, assim como na disponibilidade de tempo que organizações de habitantes e suas redes precisam para amadurecerem em um nível global e local. O calendário do Fórum Social em vários níveis é um ponto de referencia essencial, mas há um determinado interesse em avaliar a capacidade de interagir com certos eventos institucionais ao redor do mundo (Dia Mundial do Habitat, Rio+20, Fórum Urbano Mundial, etc.).
- A criação da federação global requer a criação de uma inteligência coletiva: A sistematização do processo da AMH de reunir memórias de movimentos sociais ao co-produzir conhecimento constitui uma fundação fundamental. Este instrumento de conhecimento tenta dissolver a hierarquia de imposição técnica, favorecendo o discurso que tem habilidade de desenvolver a consciência e progresso dos habitantes e suas organizações.
- A luta social dos habitantes, e em particular contra despejos forçados, é um eixo essencial na criação do discurso e das propostas de habitantes a serem discutidos em um nível g-local a fim de ter influência.
- Reivindicar o Direito à cidade e aos Direitos sociais dos habitantes e o meio ambiente são as fundações de políticas alternativas a aquelas estabelecidas pelo atual Pacto Social Urbano que é governado pela supremacia do mercado e da exclusão.
- Recuperar a função social das cidades, porque "outra cidade é possível" se as organizações de habitantes têm um papel mais important a nível g-local e em parceria com o setor público, as ONGs e os profissionais que reconhecem os princípios da supremacia da solidariedade e do direitos do homem ee ambientais como sendo as fundações de um novo Pacto Social Urbano.
- O Direito ao habitat é baseado no DESC que defende a soberania territorial, que é o lugar estrutural de habitantes, famílias, comunidades urbanas e rurais e da coexistência fundada na inclusão de todas e todos. Os direitos correspondem a obrigações do Estado em relação à moradia, água e saneamento, educação, saúde e participação; é uma base legal da qual se ganha respeito por direitos coletivos a terra, recursos naturais, meios de sobrevivência, energia, transporte e lazer, ao direito a cidade, em particular, a soberania alimentar e a justiça climática.
- Há fundações comuns para possíveis alianças entre aqueles que lutam pelo direito ao habitat liderados por organizações de habitantes e aqueles de outras entidades envolvidas na criação de "outro mundo possível" no setor rural (Via Campesina), na produção (sindicatos) e na proteção do meio-ambiente.

- A inclusão da diversidade de gêneros, culturas, origens e diferentes habilidades funcionando como eixos transversais e transformadores para focalizar as políticas de moradia e urbanismo, icomeça pela independência das organizações de habitantes e continua com diálogo com organizações, redes, ONGs e instituições que compartilham deste princípio.



*Dos bairros populares de Dakar
à Assembléia Mundial de Habitantes*

Estes são os resultados diretos:

- A importante presença de quantidade, qualidade e origem na AMH resultante da participação de habitantes, ativistas e líderes, foi um fator na ampliação de processo em uma escala global e nos países de origem, particularmente, em relação à África e a nação anfitriã. Um total de 352 participantes de 44 países de todos os continentes estava envolvido no evento da AMH em Dakar. Dado as dificuldades logísticas, nem todos constituíram o registro da AMH, portanto, se estima que o número de participantes foi no mínimo o dobro, especialmente dado as organizações locais de habitantes.



Leitura da Declaração de Dakar no Village des habitants

- As atividades, reuniões e as trocas ampliam e consolidam a convergência de redes e movimentos, estabelecendo as bases para a criação da Via Urbana, um espaço comum e solidário federalizando organizações de habitantes e movimentos social urbanos em uma escala global a fim de troca experiências de lutas e alternativas, compartilhar estratégias e reforçar a solidariedade global com a lutas locais pelo direito a moradia e a cidade, sem fronteiras.
- A aprovação da [Declaração da Assembleia Mundial dos Habitantes de Dakar. Convergência dos habitantes pelo direito ao habitat](#) é importante não só para seus conteúdos, mas também, pela primeira vez, todas as redes internacionais mais importantes pelo direito ao habitat, constituíram um Comitê de contacto, reconhecendo também o Comitês Promotores da AMH. Mesmo que as diferentes histórias, raízes socioculturais e políticas e origens geográficas fossem a causa de certa quantidade de dificuldade durante o diálogo, todavia, eles forneceriam uma riqueza, pois trariam diferentes abordagens para a resolução de problemas e encontrariam soluções adequadas em vários níveis. Por essas razões deve-se ressaltar que o Comitê de Contacto é uma conquista fundamental da AMH, como deveria ser uma ferramenta durável favorecendo o dialogo, co-ordenação e o crescimento da influencia do conteúdo, solidariedade e iniciativas ativistas e alternativas em apoio ao direito ao habitat. Primeira tarefa: Um rascunho de uma Plataforma e um plano comum de ação que sejam o resultado do conteúdo do processo da AMH, com a intenção de co-ordenar os Dias de Outubro. A AIH e o Comitês Promotores da AMH estão envolvidos na formação de Comitês Promotores de uma federação global de organizações de habitantes em um nível territorial envolvendo todas as redes, assim como, inúmeras organizações fora da rede. Estes Comitês, portanto irão prever o estabelecimento da Via Urbana e Comunitária que será implantada na ocasião da próxima AMH cuja realização poderá ocorrer durante o próximo FSM, possivelmente em 2013.
- As atividades, reuniões e trocas estabelecem acordos concretos entre organizações de habitantes, autoridades locais e outros participantes para enfrentar os despejos. Cada um age de acordo com sua capacidade, mas permanecem em coordenação. As diversas iniciativas alimentaram o envolvimento na coordenação e não apenas entre varias redes que lutam pelo direito ao habitat, mas também com outras redes envolvidas em varias áreas de atividade.



*Abdel Sadi, municipalidade de Bobigny
Apresenta a Declaração do FAL na Assembléia Mundial de Habitantes*

Realçamos os acordos com:

- **Anistia internacional:** A fim de coordenar a Campanha "Despejo Zero" com a Campanha "Exija Dignidade" em todos os continentes, começando pela África. Graças a este acordo, uma mobilização foi organizada em coordenação com uma local em frente à embaixada ganense em Dakar durante a AMH, que conseguiu bloquear o despejo planejado de 25,000 pessoas.
- **Witness:** Desenvolver vídeo de apoio global na luta contra despejos, especialmente os resultantes do desenvolvimento econômico.

- **Fórum de Autoridades Locais** : Sua nona Assembléia Mundial aprovou uma Declaração de apoio para a AMH, em cuja eles se comprometem a garantir os direitos fundamentais de todos e, principalmente liderar ações junto a organizações de habitantes com a intenção de declarar áreas como "zonas anti-despejo" e organizar "Cadeias de solidariedade" para que essa Declaração não acabe.
- As atividades, reuniões e trocas capazes de produzir conteúdos que aumentem a durabilidade da AMH são visto como um processo que fortalece asrazões dos habitantes em criar um novo Pacto Social Urbano.



*Demonstração contra o despejo em frente à embaixada ganense
Dakar 8 de Fevereiro de 2011*

Os seguintes temas em particular foram desenvolvidos:

- **Fundo popular para terra e moradia**
Esta é uma nova ferramenta de políticas participativas que é financiada pelo cancelamento da dívida externa a fim de recuperar a soberania territorial e a justiça em relações entre estados, como também, estados e cidadãos, desenvolvendo o serviço público de moradia através de co-operativas habitacionais como comunidades. A oficina definiu os termos de referencia da proposta do programa e de uma estratégia de mobilização que permiti os movimentos sociais ter influencia em políticas públicas de seus países. A campanha proposta será testada em certos países Africanos e Latino Americanos.
- **Co-operativas habitacionais como forma de endereçar a crise da moradia social**
A oficina enfatizou os vários métodos empregados pela cooperativas de diferentes países, que ao considerar a moradia como valor de uso, quer criar políticas de moradia social que são alternativas ao mercado. Os participantes concordaram em desenvolver, em particular co-operativas que visam à construção de comunidades (propriedade comunitaria, community land trust, etc.). De interesse particular é a proposta de parceria entre a co-operativa multi-étnica Coralli (Itália) e uma co-operativa recentemente fundada em Dakar.
- **Estratégias populares para enfrentar despejos, incluindo as resultantes de "desastres naturais"**
As oficinas e a mobilização que aconteceu em frente à embaixada ganense enfatizaram a importância da troca de experiência a fim de desenvolver uma solidariedade internacional, estratégias comuns, alianças e parceria com todos os participantes envolvidos na criação de um novo Pacto Social Urbano baseado nos direitos humanos. O acordo na coordenação dos Dias Mundiais de Outubro 2011-2012, enquanto se concentra na luta contra despejos especialmente, é uma medida para iniciar a criação de ferramentas comuns (um sistema de alerta, mobilizações, acordos com autoridades locais em relação a ordens de anti-despejo, etc.).

- **Reforma urbana no desenvolvimento econômico, no Direito a moradia, água e saneamento**

Essas questões intimamente relacionadas ajudam a definir o Direito ao habitat. Trocas entre diferentes redes (Direito a Energia, CONAM, AIH, ENDA) fortaleceram a importância de trabalhar em equipe a fim de assegurar a união do desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, social e econômica e justiça climática. Isso tem sido levado em conta na preparação de iniciativas para o Rio+20 (Maio de 2012).

- **Articular o Direito a Cidade e a Terra**

A oficinas e as trocas entre as organizações de habitantes e organizações rurais enfatizaram a importância estratégica de desenvolver um diálogo e uma aliança entre os dois setores sociais que são cada vez mais territórios unidos, ambos fortemente afetados pela privatização dos bens comuns. A escala global da urbanização demonstra uma conexão cada vez mais clara entre a produção agrícola e produção urbana e, especialmente, portanto a necessidade de ações conjuntas contra a usurpação de terra pelos poucos e o despejo de comunidades inteiras. Trata-se, principalmente de começar a apoiar uma chamada internacional para uma ação pela recuperação da soberania territorial e contra a usurpação de terra.

- **Desenvolvimento e Handicap: Oportunidades iguais nas cidades**

A AIH também conseguiu estabelecer convergências com redes que não fazem parte das lutas dos habitantes em uma escala global até agora. Uma convergência tão importante foi com a "Handicap internacional" que propôs uma co-organização a inclusão de suas oficinas como uma contribuição temática para a AMH e em particular, ao direito a cidade, considerando deficiências como um ponto base de referência para políticas, levando em conta acessos universais a espaços urbanos, edifícios e moradia. Há um consenso em relação à elaboração deste tema transversal e não só nas plataformas em um nível territorial, mas também na preparação do Conferência internacional sobre a acessibilidade das cidades (Paris, Janeiro de 2012).

- **Construir a memória dos habitantes**

Mais de 50 vídeos- entrevistas com líderes sociais urbanos de todos os continentes durante todo o último ano do processo da AMH foram a base das oficinas organizadas nos bairros populares de Guédiawaye. A visualização do processo que começou na AMH (México, 2000), juntou resultados durante anos e foi um exercício de convergência que capturou a identificação do participante em relação à leitura de eventos graças a sua conceptualização e ao conhecimento, sem decepção, sigilo ou dedução. Há um acordo para desenvolver este programa em todos os continentes, aplicando a metodologia de co-produção do conhecimentos na criação conjunta por organizações de diferentes países, culturas, línguas e em parceria com universidades.

O exercício da « autoria » no processo AMH



Desde seu nascimento, a Carta dos Princípios fundadores sempre foi o motor, invisível porém potente, da AIH, um novo tipo de rede em construção, ser vivo coletivo que floresce à medida que seus membros tomam consciência de sua força enquanto g-locais.

As organizações de habitantes em primeiro plano, as ONGs e os profissionais como suporte: ao longo dos

anos, essa prática inovadora engendrou uma « autoria » baseada nas estratégias decididas pelo Comitê de Coordenação, exercida com autogestão pelas Antenas, favorecida pelo coordenador global, apoiada pela estrutura.

Com essa abordagem, decidiram-se e implementaram-se as convenções com os parceiros e deu-se início aos projetos, inclusive o orçamento. Em termos claros, uma vez decididos os objetivos estratégicos e encontrados os parceiros (não simples financiadores) com os quais compartilhar o passo, a repartição dos recursos identificados no nível central é feita por concertação com base nos Planos Operacionais Anuais (POA), apresentados pelas Antenas e a UPU e validados pelo CC AIH. Todo esse processo é transparente, porque, além das reuniões periódicas do CC AIH e das reuniões das Antenas, usa-se com frequência a *mailing list* interna iai.coord@list.habitants.org além do skype para chats e teleconferências, para discutir e tomar decisões pontuais. Os documentos estratégicos das Antenas, da UPU e o global, os Relatórios de atividades narrativos e financeiros (global, Antenas, UPU) e todas as decisões relevantes são publicados (em diversas línguas) e postos à disposição dos membros do CC AIH.

Esse exercício é uma inovação notável, que visa à sustentabilidade da construção da rede e do processo em vários níveis, e inverte a lógica das redes - ONG, muitas vezes baseadas em projetos de cima para baixo e reproduzindo a relação de dependência com os financiadores. Por essas razões, uma das condições prévias para aprovação dos POA é a definição de parcerias com autoridades locais, fundações, universidades ou outras entidades solidárias.

Assim, por exemplo, se o POA de uma Antena é mais ambicioso em relação aos recursos disponíveis porém coerente com a estratégia, a coordenação local-global dispõe de todos os elementos para procurá-los, muitas vezes com êxito.

Graças a essa abordagem, foi possível conduzir a AMH a bons resultados, o que seria impossível de conceber em uma abordagem de "projeto", ou seja, ligada exclusivamente aos recursos financeiros disponíveis, pondo em jogo, então, toda a força da rede.

Essa inovação democrática, que requer energias e tempo, revelou-se um fator ganhante no processo da AMH, pois o compartilhamento da governança da AIH, em geral, motivou as Antenas a desenvolverem sua « autoria » além das condições de partida e com relação aos diferentes sujeitos envolvidos.

Vem daí a proposta de constituir os Comitês promotores Unitários AMH, espaços de encontro, elaboração de propostas e gestão do processo, que implicam no mesmo nível os membros de todas as redes pelo direito a habitar, bem como as inúmeras organizações sem nenhuma referência desse tipo.

Esses Comitês, constituídos adaptando-se às condições presentes nos diferentes continentes, portanto com mais raízes onde a AIH está melhor implantada, são a verdadeira novidade engendrada pelo processo AMH. Com efeito, eles prefiguram seu desenvolvimento, ou seja, a construção de uma federação global das organizações e das redes de habitantes (Via Urbana e comunitária).

Nesse sentido, é interessante observar as diferentes reações dentro e fora da AIH.

Cabe assinalar certas diferenças e semelhanças entre uma rede histórica governada por profissionais das ONGs (HIC) e uma nova formação de rede, governada por dirigentes mais radicais, como No-Vox. Após sua inicial sob avaliação do processo AMH (2005-2008), a partir do FSM 2009 e do FUS 2010, eles perceberam que a AMH era um tema importante no debate e que esse processo estava provocando o amadurecimento de uma convergência estrutural das organizações e dos movimentos sociais urbanos. No momento da última etapa, fizeram com que a AMH se tornasse um compromisso central, intervindo com todo o seu peso para tentar orientá-la em outra direção.

As críticas à gestão AIH do processo e a tentativa de confiar a gestão da AMH em Dacar apenas às ONGs locais (ENDAs), sem memória nem raízes no processo, basearam-se num receio maior de enfraquecer sua própria rede, considerada como "a" rede a manter e desenvolver. A crítica de HIC e No-Vox à proposta da Via Urbana, explícita mas caricatural, mostra claramente esse conservadorismo.

Entretanto, ao mesmo tempo que os dirigentes dessas redes não pediam esse tipo de desenvolvimento, a participação de seus membros nos Comitês Promotores, da mesma forma que a aproximação de outros (LOCOA, RNHC, etc.) mostram o florescimento de uma "autoria" unificadora que vai além.

Quanto às Antenas AIH, de modo geral, trabalharam bem, contribuindo com a coordenação global, enriquecendo-se mutuamente e tornando-se pontos de referência importantes em diversos níveis e com relação a vários temas sociais, políticos e institucionais. A quantidade e a qualidade das iniciativas realizadas, o número de participantes da AMH provenientes de todos os continentes, as parcerias estabelecidas e os recursos encontrados são todos indicadores da validade da estratégia e da governança da AIH, do processo e de sua sustentabilidade.

As tensões e o peso de uma dinâmica em que a AIH foi o principal motor deram lugar também a elementos de criticidade no interior da rede, geralmente devido à necessidade de adaptar a estrutura à medida que a atração ia aumentando, sem ter já todos os recursos necessários.

Trata-se então de uma crise de crescimento que, graças à capacidade de visão e de unidade dos dirigentes, o enraizamento das organizações de habitantes participantes, a solidariedade interna, foi ultrapassada e transformada em êxito.

A única exceção é a Antena gerada pelo CERPAC, que, depois de ter acumulado atrasos importantes, a partir do momento em que se recusou a assinar o POA por considerar insuficiente o orçamento fornecido centralmente pela AIH não trabalhou mais em coordenação com o CC AIH. Na realidade, a AIH tinha conseguido estabelecer a parceria com Misereor, mas esse apoio à fase preparatória foi perdido por causa da recusa do CERPAC.

Em compensação, o CERPAC decidiu participar somente da organização da AMH em Guediawayé com No-Vox et HIC. Compromisso importante, que levava em conta parcialmente a decisão tomada pelo CC AIH e o Comitê Promotor de realizar a AMH, seja nos bairros populares, seja no FSM na Universidade. Mas a leitura de CERPAC, HIC e No-Vox, segundo a qual somente nesse bairro e somente com esses parceiros a AMH teria acontecido, é equívoca. Na realidade, a AMH foi um espaço comum em que todos organizaram as iniciativas e delas tomaram parte, principalmente a AIH, que organizou as oficinas e encontros em Guediawayé e na Universidade e deles participou, desempenhando um papel verdadeiramente unificador com relação às redes pelo direito ao habitat e outras redes.

Graças a essa abordagem, a Assembleia plenária final pôde aprovar uma Declaração que, resumindo a vontade de desenvolver a dinâmica unificadora além de Dacar, introduz o Comitê de Contato e os compromissos comuns quanto a uma plataforma e à mobilização global pelo direito ao habitat, especialmente na ocasião das Jornadas Mundiais de outubro de 2011-2012.

Por outro lado, a publicação de um texto unilateral da Declaração (sem referência ao Comitê de Contato, cancelamento da maior parte das assinaturas, etc.) por HIC, No-Vox e CERPAC, é a base das resistências evidenciadas para implementar corretamente as decisões da plenária. Vem daí a recusa de redigir uma leitura-análise comum do processo AMH, a vontade de limitar a coordenação a uma simples troca de informação, entre as cabeças de redes históricas (excluindo-se os Comitês Promotores AMH).

Esses aspectos exigem uma reflexão posterior sobre a natureza dessas organizações, mas, sobretudo, sobre o modo de governar de maneira inclusiva e em diferentes níveis o desenvolvimento da nova fase engendrada pela AMH, evitando então ficar bloqueados nas polêmicas sem saída das quais não necessitamos mais.

Nesse sentido, é preciso levar em conta não somente os conteúdos surgidos, as propostas feitas, as relações estabelecidas, as decisões da AMH que abrem tantas frentes de trabalho, mas também a nova linha estratégica 2011-2015, que relança a governança da "autoria" AIH em um nível superior.

A construção da Via Urbana e comunitária exige, com efeito, o desenvolvimento da solidariedade pelo compartilhamento de uma análise atenta, a modéstia mas também a visão, com o máximo de abertura mas também de respeito das decisões tomadas, para atingir esse objetivo.

Links:

[Assembleia Mundial dos Habitantes \(FSM Dakar de 6 a 11 de Fevereiro de 2011\)](#)

[Declaração da Assembleia Mundial dos Habitantes de Dakar. Convergência dos habitantes pelo direito ao habitat](#)

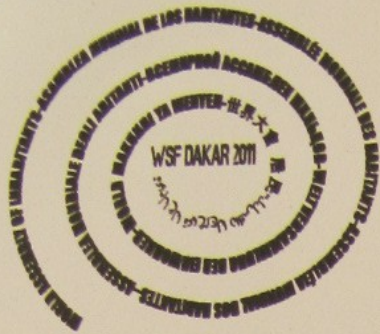
[Declaração de Dacar - as autoridades locais em favor do direito à moradia](#)

[Galerias de imagens](#)

[Vídeo](#)



Singing the Inhabitants Anthem (WAI, Dakar February 10 2011)



ASSEMBLEE MONDIALE DES HABITANTS

FORUM SOCIAL MONDIAL DE DAKAR

10 FEVRIER 2011

HYMNE DES HABITANTS

Nous sommes habitants

R

Nous sommes habitants
Habitants d'Afrique
Nous sommes habitants
Habitants de tout quartier

Nous sommes mobilisés
Pour défendre nos droits
Nous sommes tous engagés
Pour vivre dignement

R

Nous sommes habitantes
Habitantes d'Europe
Nous sommes habitantes
Habitantes du Monde entier

Nous sommes tous réunis
Pour défendre nos toits
Nous sommes mobilisés
Pour défendre nos lois

R

Nous sommes unis
Nous sommes divers
Et nous sommes plus riches

Nous sommes unis
Nous sommes divers

Et nous sommes plus forts

R

Nous sommes habitants
Habitants des Amériques
Nous sommes habitants
Habitants de tout quartier

Nous sommes habitantes
Habitantes d'Asie
Nous sommes des habitantes
Habitantes du Monde

R

Nous sommes unis
Nous sommes divers
Et nous sommes plus riches

Nous sommes unis
Nous sommes divers
Et nous sommes plus forts

R